



A política pública, o modelo institucional e a educação profissional e tecnológica.

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – **Concepção e Diretrizes**

- O Ministério da Educação **criou um novo modelo de instituição** de educação profissional e tecnológica.
- **Estruturado a partir** do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais, **os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia permitirão que o Brasil** atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico.

- **O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.**
- **Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).**
- **Este novo arranjo educacional abrirá novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.**

Os fundamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

- A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre **esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica** em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente:
 - **pela** expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
 - **pelas medidas que**, em cooperação com estados e municípios, **visam** à ampliação da oferta **de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD)**;
 - **pela** política de apoio à elevação da titulação **dos profissionais das instituições da rede federal** com a formação de mais mestres e doutores e
 - **pela** defesa de que os processos de formação para o trabalho **estejam visceralmente ligados** à elevação de escolaridade, **item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos(Proeja)**.
 - **O que está em curso, portanto**, reafirma que formação humana e cidadã precede à qualificação **para o exercício da laboralidade** e pauta-se **no compromisso de** assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.

- Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

- À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, **afirma-se a Educação Profissional e Tecnológica como uma política pública.**
- Em política pública repousa um importante item da **constituição da identidade institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, tendo em vista que, aos olhos de muitos, pode parecer não existir nenhum movimento novo em relação a esse aspecto, afinal, desde que se estabeleceram como **Escolas de Aprendizizes Artífices** – sobrepostos os anúncios de, em diferentes momentos históricos, ser alterado o vínculo das instituições, transferindo-as para a esfera dos governos estaduais, ou mesmo para o setor privado – **estas instituições são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central.**

- O sentido de **política pública** que o atual governo adota **amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública.** Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, **a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, enquanto algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo.**
- Recuperar, mesmo que de forma panorâmica, a história da rede federal de educação profissional e tecnológica é fundamental quando se busca **a afinidade entre política de educação profissional e política pública.** E é no enlace dessa trajetória centenária com o futuro que já se faz presente que **os Institutos Federais assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária.**

- Essas instituições passariam a se ocupar, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.
- A **expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública** que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais **no campo da escolarização e da profissionalização**. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma **inclusão social emancipatória**.
- É evidente a atuação do governo federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, **articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados**.

- Nesse contexto, toma-se a decisão de **ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica**, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira. A **primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006**, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.
- **Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007**, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país”, está prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de **180.000 vagas** ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projetava-se uma rede federal de educação tecnológica para **500.000 matrículas até 2010**, quando a expansão estiver concluída e na plenitude de seu funcionamento.

- Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-pólo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.
- Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Enfim, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida.

A dimensão simbólica da nova institucionalidade

- O modelo dos Institutos Federais **surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula**
 - a educação superior, básica e profissional,
 - pluricurricular e multicampi,
 - especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
- Mais que se definirem por instituições que ofertam a educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, essas instituições **consolidam seu papel social visceralmente vinculado à oferta do ato educativo que elege como princípio a primazia do bem social.**
- Os Institutos Federais trazem em seu DNA elementos singulares para **sua definição identitária, assumindo um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais,** uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Os Institutos Federais como Política Pública

Os Institutos Federais devem ser considerados **bem público** e, como tal, pensados **em função da sociedade** como um todo **na perspectiva de sua transformação**. Os Institutos Federais respondem à **necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública**.

Enquanto política pública, os Institutos Federais **assumem o papel de** agentes colaboradores na **estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo** uma interação **mais** direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Nesse sentido, cada Instituto Federal **deverá dispor de um observatório de políticas públicas** enquanto **espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho**.

- Em síntese, esse novo desenho constituído traz como principal função a **intervenção na realidade**, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações desenvolvimento local e regional. **O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social.**

Da relação entre o Desenvolvimento Local e Regional e os Institutos Federais.

- Atuar no sentido do **desenvolvimento local e regional** na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. **O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão.** No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. A interferência no local propicia alteração na esfera maior.
- Os Institutos Federais estão **situados** numa determinada área geográfica e **associados a projetos e programas mais amplos e globais.** É preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. É necessário que suas ações conduzam à construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no sentimento de pertencimento territorial.

- **A razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada:**
 - à **conduta articulada ao contexto** em que está instalada;
 - ao **relacionamento do trabalho** desenvolvido;
 - à **vocação produtiva de seu *lócus***;
 - à **busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada** neste mesmo espaço;
 - à **elevação do padrão do fazer** de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socio-econômico-políticocultural de sua região de abrangência.

O desenho curricular da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais

- Pensar a proposta curricular dos Institutos Federais com **a singularidade que os envolve** não seria possível sem destacar alguns aspectos que devem concorrer para sua operacionalização. Nesse sentido, para que a coerência da proposta não se dilua na concretude das ofertas da formação, sugere-se que haja a preocupação de pensar **uma arquitetura** que, embora diversa, agregue nexos de convergência, considerando como ponto de partida para a tessitura a quebra dos limites dos campos de saber, na perspectiva da transversalidade possível.
- Exatamente por esse grau de abrangência, os Institutos Federais têm condições de estabelecer **uma singularidade em sua arquitetura curricular**:
 - **a flexibilidade** para instituir itinerários de formação que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior e
 - **a integração dos diferentes níveis** da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de instalar possibilidades de educação continuada, aspecto decorrente da dinâmica da realidade produtiva.

- Na proposta dos Institutos Federais, **agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho e a discussão dos princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.**
- **Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.**

Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia nos Institutos Federais

- As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial, para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania, e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia, essencial nessa busca.
- Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento.
- Por sua identidade, à educação, em sentido macro, cabe o dever de produzir e democratizar o conhecimento, na função precípua do estabelecimento do diálogo, objetivando devolver à sociedade o conhecimento acumulado pela humanidade. A ciência deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso. Em seu perfil mais específico, o da formação profissional, cabe-lhe, principalmente, o dever de traduzir o conhecimento científico sob o aparato das tecnologias – aqui também entendidas como manifestação da essência do homem, porquanto contribui em configurá-lo para o meio e este para ele. **Entende-se, portanto, que as tecnologias são produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciadas por eles.**

- Aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território, cabe **provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e dialogar com este mundo numa atitude própria de pesquisa**. Na relação com a pesquisa, o ato de pesquisar, nos Institutos Federais, deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.
- **O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo trajeto da formação do trabalhador, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir, na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão**. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global.